



Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências da Educação
Especialização em Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes

Débora do Socorro Nascimento Ribeiro

VIVÊNCIAS FEMININAS: ampliando espaços de construção coletiva de conhecimento com mulheres envolvidas em atividades no Movimento República de Emaús

Belém/Pa – novembro/2022

Débora do Socorro Nascimento Ribeiro

VIVÊNCIAS FEMININAS: ampliando espaços de construção coletiva de conhecimento com mulheres envolvidas em atividades no Movimento República de Emaús

Projeto de intervenção apresentado como requisito avaliativo final da Curso Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

Orientadora: Prof.^a Dra. Georgina Kalife

Belém/Pa – novembro/2022

Débora do Socorro Nascimento Ribeiro

VIVÊNCIAS FEMININAS: ampliando espaços de construção coletiva de conhecimento com mulheres envolvidas em atividades no Movimento República de Emaús

Projeto de intervenção orientado pela Prof^a Dra. Georgina Kalife, apresentado ao Curso Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, como requisito para obtenção de grau de especialista.

APROVADO EM: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Maria Izabel Alves dos Reis

Prof.^a Dra. Adriane Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

R484v Ribeiro, Débora do Socorro Nascimento Ribeiro.
Vivências Femininas: ampliando espaços de construção
coletiva de conhecimento com mulheres envolvidas em
atividades no Movimento República de Emaús / Débora do
Socorro Nascimento Ribeiro Ribeiro. — 2022.
21 f.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Georgina Kalife
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -
Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da
Educação, Especialização em Sistema de Garantia dos
Direitos de Crianças e Adolescentes, Belém, 2022.

1. Mulheres. 2. Coletividade. 3. Formação Sócio
política. I. Título.

CDD 370

RESUMO

Este projeto busca contribuir para a ampliação de espaços de vivências coletivas com mulheres familiares de crianças e adolescente atendidas pelo Movimento República de Emaús, propondo inclusão de metodologias e temáticas de formação política nos conteúdos de cursos de incentivo a geração de renda, ofertados pelo Movimento República de Emaús, que tem participação em sua maioria dessas mulheres. Possibilitando espaços de construção coletiva de conhecimento e estratégias de enfrentamento de vulnerabilidades para além da geração de renda. Projeta-se que ao estimular a coletividades, solidariedade, o debate sobre questões sociais e garantias de direitos com mulheres, principais responsáveis pelos cuidados de criança e adolescentes, pode refletir na qualidade de vida das crianças e adolescentes, considerando o papel da mulher no movimento da sociedade.

Palavras chaves: Mulheres, coletividade e formação sócio política.

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de intervenção se propõe a desenvolver ações de formação socio política com mulheres, familiares de crianças e adolescente atendidos pelo Movimento República de Emaús (MRE) , a partir da ampliação dos espaços de diálogo e troca de vivências femininas, no conteúdo dos cursos de incentivo a geração de renda ofertados pela instituição, com temáticas sobre direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes e de mulheres e outras questões sociais relacionadas ao cotidiano deste público.

Essa proposta nasce a partir da inquietação diante da imposição à mulher do papel de cuidadora ao longo da história, sendo ela obrigada desde cedo a assumir o “seu lugar”, e tendo que aceitar, a qualquer custo, a responsabilidade pelo cuidado com o outro, principalmente com as crianças e adolescente.

E apesar do trabalho de cuidado, executado principalmente por mulheres, ser essencial para o desenvolvimento da sociedade, não se reconhece, se invisibiliza essa contribuição para economia tradicional. Sendo um trabalho desvalorizado e na grande maioria das vezes não remunerado.

Diante desta questão e a partir da vivência profissional no Serviço Social na instituição, se observou que a inserção e o acompanhamento das crianças e adolescentes atendidas através das atividades sócio pedagógicas é feito principalmente por mulheres. São elas que majoritariamente buscam pela inclusão das crianças e adolescentes nas atividades, participam das reuniões de famílias e eventos, e que comparecem quando surgem questões sociais ou pedagógicas que necessitam de maior atenção.

Esse dado sobre o trabalho de cuidado executado por mulheres, pode ser verificado de forma concreta também nos registros de inclusão das crianças e adolescentes em atividades sócio pedagógicas no MRE, descritos no Relatório de Atividades 2021 (Emaús, 2022) e a planilha Geral da Socialização (Serviço Social/ Emaús, 2021). Os registros mostram que dos 369 inscritos, 318 tem como responsável de referência mulheres, 32 homens e 19 não registrados. O número registrado de mulheres como responsável representa 86,2% do total. Isso também reflete na participação das reuniões com famílias, momentos formativos, bem como no acompanhamento familiar, com a figura feminina sendo a mais frequente.

O público feminino também é maioria quando se refere a participação em cursos de incentivo a geração de renda, ofertados à familiares das crianças e adolescentes atendidos e pessoas da comunidade. No geral são mulheres mães que buscam meios de complementação ou mesmo uma fonte de renda para auxiliar no sustento da família.

A conjuntura pandêmica, vivenciada desde 2020, agravou ainda mais a situação de vulnerabilidades da comunidade atendida pelo MRE. Muitas dessas famílias, chefiadas por mulheres, tinham como fonte de renda trabalhos domésticos e autônomos (diaristas, vendedoras de roupas, catálogo, alimentos, etc.), e com a pandemia, perderam essas fontes. Já se sabe que mulheres, em especial as que as negras e mães, foram as mais atingidas pelos reflexos sociais e econômicos da crise provocada pela COVID 19, inclusive com o aumento da violência doméstica.

Diante desse cenário se avalia que promover espaços de vivência femininas e formação sócio política no conteúdo dos cursos de incentivo a geração de renda, possibilitará troca de experiências, criação de rede de solidariedade, construção coletiva de conhecimento e estratégias pra enfrentamentos das adversidades, reconhecimento do seu papel e potencia para o desenvolvimento da sociedade (sendo essas mulheres as principais referências inclusive na busca por garantia de direitos de crianças e adolescentes, nos mais diversos espaços,), para além da ampliação de possibilidades de acesso a renda.

Vale ressaltar que, diante de uma sociedade que explora, cobra, culpabiliza e impõe a responsabilidade do cuidado de crianças e adolescentes a mulheres, o trabalho do MRE exerce importante função no enfrentamento das adversidades enfrentadas por elas, visto que representa um espaço de apoio e acolhimento, em algumas situações, não encontrado em outras redes. O que se observa em relatos das mulheres sobre a relevância da vivência em cursos para o enfrentamento de vulnerabilidades existentes também no âmbito psicossocial.

“Pra mim está sendo muito importante porque nos momentos mais difíceis Deus sempre tem uma solução. Esse curso veio no momento certo da minha vida pra me mostra à grandiosa força que eu tenho, pra arrancar as pedras do meu caminho. Encontrei muita força e coragem nessas mulheres, cada uma com a sua história. O que nós fazemos não transforma só à argila mais nossas vidas também (...)”

B. P., aluna do curso de Confecção de Biojóias em Cerâmica e integrante do Coletivo Mãos de Marias, 2021.

“Uma sempre está dando forças à outra. Ver a transformação da argila em peças tão bonitas não tem explicação! Hoje ver as peças prontas serem vendidas e nos dando um certo retorno financeiro é muito bom, pois com isso podemos ajudar ainda mais em nossas casas e a outras pessoas também. Em cada peça vai um pouco de energia, esperança, dedicação, carinho e amor.”

T. O., aluna do curso de Confecção de Biojóias em Cerâmica e integrante do Coletivo Mãos de Marias. 2021

Vale ressaltar que o MRE é Organização da Sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social, declarada de utilidade pública Estadual e Federal. Fundada em 1970, a partir da inquietação de um grupo de jovens religiosos com a situação de risco social ao qual estavam expostos crianças e adolescentes trabalhadores do Ver-O-Peso. Buscaram criar estratégias para se aproximar, compreender e construir junto aos pequenos vendedores alternativas mais dignas de viver a infância. Tem como missão institucional “Lutar pela defesa e garantias dos direitos da criança e do adolescente em situação de risco pessoal e social e de exclusão na região Amazônica”.

A instituição atua na perspectiva da política de assistência social e da promoção de direitos, atende principalmente residentes de seu entorno, e está localizado, de forma estratégica, no Bengui, bairro periférico e populoso de Belém, com população de 29.379, sendo 14.017 homens e 15.362 mulheres (IBGE 2010). Esse território tem como característica econômica pequenos comércios e está cercado de residenciais que contrastam num bairro que teve sua formação na ocupação e sem planejamento urbano. Marcas que refletem na garantia e acesso a direitos básicos. E que mesmo possuindo diversos movimentos e organizações da sociedade civil, que se mobilizam e lutam por garantia de direitos, há deficiência na efetivação de políticas pública.

Ao longo dos anos o MRE tem representado um espaço de acesso a direitos como esporte, cultura, lazer e profissionalização, de construção coletiva de cidadania e de fortalecimento da solidariedade comunitária para crianças, adolescentes, jovens e famílias envolvidos nas atividades. Atuando nos três eixos do Sistema de Garantias dos Direitos de Crianças e adolescentes (SGDCA), identificados a seguir: **Promoção de Direitos:** através das atividades sócio pedagógicas (arte-educação, esporte e cultura), de profissionalização (programa de aprendizagem e cursos profissionalizantes), e de incentivo a geração de renda (para familiares de crianças e adolescentes e jovens atendidos pelo MRE); **Defesa de Direitos:** com assessoria jurídica frente a situações de violações de direitos de crianças e adolescentes através do Centro de Defesa de Crianças e Adolescente – CEDECA/Emaús; **Controle Social:** Mobilizando a comunidade, participando de Conselhos, Fóruns, Associações, Redes, etc.

A organização tem sua sustentabilidade compondo frentes de trabalho de mobilização de recursos com: Campanha de Emaús, que recebe objetos diversos, ainda

em condições de uso, a serem utilizados nas atividades fins ou vendidos a comunidade a preço baixo, sendo os recursos revertidos em ações. E anualmente é realizada a Grande Coleta de Emaús, quando voluntárias saem nas ruas de Belém em caminhões arrecadando doações e também sensibilizando a sociedade para a questão da criança e do adolescente; Programa Sócio Solidário (PROSSOL), no qual pessoas físicas podem se cadastrar para realizar contribuições financeiras mensais a instituição; Doações, o MRE também recebe doações avulsas e espontâneas de pessoas físicas e jurídicas; Projetos, inscritos para concorrer a editais de seleção a fim garantir recursos para atividades propostas; e Parcerias com diversas instituições e organizações.

O Emaús atua diretamente com crianças adolescente e suas famílias com atividades fins em duas expressões: a) **República do Pequeno Vendedor – RPV**, raiz das ações desenvolvidas pelo MRE, pois foram as atividades de caráter educativo social, as primeiras realizadas por este movimento. Esta expressão tem por objetivo “Fortalecer os vínculos de convivência familiar e comunitária, na perspectiva da solidariedade e do protagonismo dos sujeitos, por meio da formação para cidadania, da arte, da aprendizagem, de qualificação profissional e incentivo a geração de renda.” (Emaús). b) **Centro de Defesa de Crianças e Adolescentes - CEDECA/Emaús**, que atender as mais diversas situações envolvendo a criança, o adolescente e seus familiares que têm seus direitos violados ou querem saber como acessar algum direito, através de acessória e intervenção jurídica. Esta expressão também é responsável pela execução do Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Além de realizar formação em comunidades e de agentes de instituições que compõem o sistema de garantia de direitos.

Este projeto de intervenção tem como foco a República do Pequeno Vendedor, devido suas características de trabalho. Que utiliza a educação popular como estratégia de formação sócio política através da realização de suas atividades. Desenvolvendo ações de promoção de direitos e construção de cidadania em três linhas de trabalho: **1. Educando pela arte** - promovendo atividades de arte educação, esporte e cultura para crianças e adolescentes de 07 a 17 anos, atualmente com atividades de esporte, teatro, musicalização (iniciação a música, canto e flauta), percussão e violão. Essas atividades sócio pedagógicas são realizadas com intuito de possibilitar a construção progressiva e o fortalecimento da cidadania, conforme o ciclo de vida, a partir de diálogos sobre direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes, estimulando o empoderamento, a participação e o reconhecimento como sujeitos de direitos, afim também de prevenir

situações extremas de risco social. **2. Profissionalização** - oportunizando a qualificação profissional de adolescentes e jovens, de 14 a 24 anos, moradores principalmente de bairros periféricos de Belém, como do seu entorno, através de cursos do programa de aprendizagem, de acordo com a Lei da aprendizagem, em convênios com diversas empresas, e bem como com a oferta de cursos de qualificação profissional na área das tecnologias, sendo eles de informática básica, manutenção e recondicionamento de computadores e robótica. Esta linha de ação possibilita a ampliação das possibilidades de acesso futuro ao mundo do trabalho de forma qualificada e protegida. As formações profissionais são desenvolvidas numa perspectiva cidadã, na busca da construção de uma sociedade justa e solidária dentro também da relação no mundo do trabalho. **3. Incentivo a geração de renda** - nesta são promovidos cursos de incentivo a geração de renda para famílias das crianças e adolescentes atendidos, prioritariamente, mas também aberto a pessoas da comunidade. Uma estratégia de fortalecimento das famílias a partir do acesso a renda. Vale ressaltar que segundo o relatório de atividades da RPV/Emaús 2021, o público feminino tem sido maioria quando se refere a procura e participação em curso desta ação.

1.1 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Possibilitar espaços vivência femininas e construção coletiva de conhecimento com mulheres envolvidas em atividades no Movimento República de Emaús

Objetivo Específicos

1. Traçar o perfil das mulheres participantes dos cursos;
2. Ampliar os espaços convivência feminina;
3. Realizar diálogos sobre direitos humanos, gênero, crianças e adolescentes e outras questões sociais relacionadas ao cotidiano das mulheres.
4. Construir e divulgar banco de dados de mulheres empreendedoras, autônomas e prestadoras de serviço, etc., responsáveis por crianças e adolescentes;

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A construção do referencial teórico desde projeto de intervenção se deu a partir da revisão bibliográfica de temas relacionados a questão das mulheres e o trabalho do cuidado com crianças e adolescentes, as desigualdades de gêneros, os reflexos da conjuntura pandêmica, as vulnerabilidades vivenciadas por essas mulheres e as possíveis estratégias de enfrentamento, a partir de vivências coletivas femininas.

Em nossa sociedade, com forte influência do patriarcado e com base no sistema capitalista, há desvalorização e subalternização do feminino e uma imposição da responsabilização pelo cuidado com o outro as mulheres, como uma função intrínseca do ser mulher, construída social historicamente e economicamente.

PONTES 2020 (et al) traçam uma linha do tempo de conquistas femininas, mas consideram que, apesar destas, ainda vivemos numa sociedade patriarcal onde a mulher é responsável pelo lar, enfrentam dupla jornada, sofrem diversos tipos de abusos, e em que se precisa criar regulamento e Leis para ter seu lugar.

Apesar dos avanços conquistados com muita luta ao longo dos anos, as mulheres enfrentam diversas desigualdades relacionadas a gênero no acesso a direitos sociais, na divisão das atividades domésticas, no acesso ao mundo do trabalho, etc. Desigualdades que responsabilizam, culpam, exploram e invisibilizam suas dores. Essas desigualdades são ainda mais elevadas para a mulher-mãe-trabalhadora. Por exemplo há uma exploração de trabalho ainda maior, mais evidente, que muitas vezes é invisibilizada ou mesmo naturalizada, que traz inclusive consequências psicológicas para essas mulheres, como bem lembra MACEDO (2020):

“No entanto, vale lembrar, aqui, que a responsabilidade pelo trabalho doméstico formal ou não, ainda é, no Brasil, exclusivamente destinada às mulheres, representando uma desigualdade entre os gêneros masculino e feminino. Esse trabalho é marcado por dor, opressão e adoecimento, principalmente diante da naturalização da posição subalterna que a mulher ocupa na sociedade e na hierarquia da estrutura familiar tradicional, que a leva à exaustão diante dos cuidados requisitados por todos os membros da família.” MACEDO, 2020 (p. 198)

Essa exploração do trabalho do cuidado imposto a mulher está cortinado pelo mito da “mulher guerreira”, que busca justificar todo sofrimento e renúncias a que são levadas as mulheres, em nome de um bem classificado como maior, o bem do outro. Esse modelo de ser feminino subalterno naturalizado imposto em favor do ser masculino dominante e livre, direciona e molda mulheres desde a gestação, definindo a cor do enxoval, na infância determinando os modelos de roupas e cores que devem vestir, os

tipos de brinquedos e brincadeiras, ao longo da vida estabelecendo comportamento “adequados” à mulheres rotuladas como “de respeito”. Tal enquadramento ensina e determina à mulher a função do cuidado, limitando suas possibilidades de escolha, enquanto privilegia a liberdade masculina de ser. Estabelecendo um fosso de desigualdades de gênero

Nesse sentido BORGES (2020) também aborda sobre a disparidade de gênero em relação a questões ao trabalho de cuidado com os(as) filhos(as), em seu artigo sobre mães solas. Destacando que as atividades de educação, criação e socialização são desempenhadas majoritariamente por mulheres. Para tanto faz um apanhado histórico acerca da subordinação da mulher a figura do homem, numa sociedade com grandes reflexos machistas e patriarcal. E do processo de construção da emancipação feminina a partir dos marcos legais.

Dados sobre essa disparidade são confirmados pelo IBGE (2019) quando trata da ocupação por gênero, mostra que em lares com crianças de até 3 anos mulheres têm menor nível de ocupação, sendo este de 54%, e entre homens é de 73,7%. Elas também dedicam mais horas (21,4h), quase o dobro, do dedicado por homens (11h), com cuidados de pessoas e afazeres domésticos. Nesse sentido BORGES também aponta dados da PNAD de 2018, que mostra na comparação entre mulheres que trabalham fora e homens desempregados, a mulher ainda assim dedica mais tempo aos cuidados com filhos(as) e com tarefas domésticas. Refletindo não ser esse trabalho reconhecido como trabalho, por não gerar lucro direto, ao que não se atribui valor em uma sociedade capitalista, com lógica de produtividade a todo custo. Considerando trabalho apenas aqueles que gera diretamente lucro monetário.

Isso se concretiza quando olhamos para a diversidade de composições familiares existente, atendidas pelo MRE, e percebemos que mesmo naquelas com a figura paterna compondo a família, é a mulher que está presente nas ações de acompanhamento das crianças e adolescente.

Mas vale ressaltar ainda que quando há necessidade de prestar cuidados a alguém, em situação de saúde por exemplo, é a figura feminina que se apresenta para a tarefa, são as mulheres que no geral deixam seus empregos e fontes de renda para cuidar de outras pessoas. E na pandemia com fechamento de creches e escolas, e outras atividades, a necessidade de tempo para cuidados com as crianças e adolescentes aumentou. Elevando assim o nível de exploração do trabalho das mulheres.

Outro ponto relevante nessa discussão é que na rotina do dia-a-dia dessas mulheres-mães-trabalhadoras é necessário contar com uma rede de apoio, muitas vezes essa rede de apoio que se estabelece também é feminina. São avós, tias, e até vizinhas que dão suporte nos cuidados com as crianças, enquanto seus responsáveis buscam por renda. Na pandemia essa rede de apoio também foi reduzida, considerando a necessidade de distanciamento social para contenção do vírus.

Nesse contexto tem sido cotidiana a reflexão acerca das consequências da pandemia na vida da população mundial, sejam elas sociais e/ou econômicas, bem como na saúde mental, e de como essas consequências atingem de forma desigual as diferentes classes e grupos sociais. As populações em situação de vulnerabilidade foram atingidas de forma mais intensa, visto que já enfrentavam maiores dificuldades de garantir sua sobrevivência, por condições econômicas e sociais. Dificuldades essas que ficaram muito mais evidentes no contexto pandêmico, reforçando também a urgência de se posicionar na defesa de direitos, afim de garantir a dignidade humana, que em tempos de crise é ameaçada.

No que tange a esse respeito, em seu artigo sobre Direitos Humanos em Tempos de Pandemia, SOUZA (2021) discorre sobre que em momentos difíceis é evidenciada a necessidade e a conscientização acerca de valorização e defesa da dignidade humana. Nesse tipo de cenário há preocupação com a ampliação das violações de direitos, com a deficiência ou ausência de políticas públicas para promoção da dignidade humana.

A atual pandemia de Covid-19 é um desses momentos, não somente pela ameaça direta à saúde e à vida de toda a população, mas também porque amplia a noção do direito à vida e do direito à saúde. Passa-se a notar o quanto é necessário defendê-los em conjunto com outros direitos. SOUZA, 2021 (p.134-135)

A autora tem como foco de sua pesquisa mulheres negras e se baseia na hipótese de que “as desigualdades de gênero, racial e classe influenciam para que os reflexos da pandemia de covid-19 no Brasil sejam mais severos e negativos para este grupo de mulheres.” (SOUZA. p.132)

Em consonância RODRIGUES (2020) diz que “O acúmulo de fatores discriminatórios, como o gênero, a raça e a condição social tornam as mulheres pobres negras um alvo fácil para a submissão e a retirada de direitos.” (p.42)

Aqui se destaque outro elemento relevante para a questão levantada nesta revisão, de que as mulheres negras mães pobres estão sujeitas a enfrentar maiores dificuldades para garantir direitos, dado a soma de fatores discriminatórios.

Ainda sobre a os efeitos da pandemia na vida das mulheres encontro MENDONÇA (2021) que discorre sobre a processo de colapso econômico gerado pela pandemia da COVID-19, com a necessidade do isolamento social, para conter a propagação do vírus, o fechamento de atividades consideradas não essenciais, a redução das atividades para contenção de gastos ou migração para *homi office*. Cenário que impactou significativamente no mercado de trabalho com aumento do desemprego, com maior relevância para mulheres, sobre tudo mulheres mães de crianças pequenas. E em situação de trabalho remoto passaram a exercer jornada tripla com atividades laborais, tarefas domésticas e cuidados com filhos em tempo integral. Destaca ainda que mulheres historicamente já enfrentavam maiores dificuldades no mercado de trabalho.

Isto fruto de raízes profundas de desigualdade de gênero, traz resquícios de uma história Patriarcalista que está intrinsecamente na conjuntura social brasileira, trazendo tais reflexos nocivos mesmo diante de todos os avanços sociais e legislativos que se teve com o intuito de assegurar a igualdade. MENDONÇA, 2021 (p.54)

Nesse mesmo sentido RODRIGUES (2021) afirma que “o que a chegada inesperada do coronavírus descortinou, dentre tantas outras questões, foi o fosso existente entre a condição de trabalho destinada à mulher e ao homem...” (p. 44)

A redução de emprego e renda, a alta no custo de vida, a redução da rede de apoio, o acúmulo de responsabilidades e a carga mental, todos esses fatores que veem sendo levantados, levam as mulheres que cuidam ao esgotamento físico e mental. E nesse contexto, com a rotina de cuidados com familiares e preocupações, especialmente com filhos(as), muitas vezes o cuidado pessoal fica em último plano. E isso numa sociedade que cobra excelência na execução do papel de mãe, produtividade a qualquer custo, e autocuidado com saúde e aparência física. Uma conta que não fecha!

E nesse desenho de desdobramento feminino para dar conta dos papéis sociais, que me encontro, como mulher, mãe (de crianças pequenas), trabalhadora e ainda nesse momento estudante de pós graduação. Muitas vezes abrindo mão de muitas horas de sono para conseguir atender as demandas oriundas dessa soma de funções. E carregando sentimentos ruins de cobrança e culpa.

Em se tratando de horas de dedicação, segundo Relatório Analítico da Organização das Nações Unidas 2021 as mulheres dedicam o dobro de horas do que homens em trabalhos relacionados aos cuidados da casa e pessoas. Ou seja, são as principais cuidadoras das crianças e adolescentes.

E mesmo a população brasileira sendo composta por maioria de mulheres (51,8% - IBGE Educa), no mundo do trabalho ainda se enfrenta grandes desigualdades relacionadas ao gênero. Por exemplo, homens são maioria em ocupação do mercado de trabalho, e tem maior rendimento, ainda que exercendo as mesmas funções, e mesmo as mulheres possuindo maior escolarização. E quando se fala de mulheres-mães essa diferença aumenta ainda mais, pois elas têm que conciliar o acesso ao mercado de trabalho/renda com os cuidados com os filhos. Por exemplo, no geral quando um pai concorre a uma vaga de emprego a ele não é perguntado se tem filho ou com quem seus filhos irão ficar em caso de assumir a vaga, o que é possível e frequente ocorrer a uma candidata mulher. Ou ainda quando a figura masculina chega em casa do trabalho (emprego) procura descansar e feminina quando chega do trabalho assume a outra jornada de, com filhos e caso.

E com a pandemia essa desigualdade foi ainda mais evidenciada, dado as medidas necessárias para o enfrentamento ao vírus, como isolamento social, e consequente redução da rede de apoio, fechamento de atividades econômicas, de escolas e creches, perda de emprego e renda (a taxa de desocupação por sexo foi de 12,2% para os homens e 17,9% para as mulheres no 1º trimestre de 2021 - PNAD Contínua), as mulheres foram ainda mais exigidas, vivenciando rotinas exaustivas de cuidados, um trabalho não remunerado, não reconhecido, mas necessário, inclusive para manutenção e movimento da economia. E essa rotina trouxe também impactos negativos a saúde emocional dessas mulheres.

A dimensão do impacto do esgotamento emocional das mães traz consequências para toda a sociedade, gerando sofrimento não apenas para as mães como para todo o núcleo familiar e impactando na saúde emocional e no desenvolvimento de toda uma geração de crianças. (ONU Mulheres, Relatório Analítico, 2021)

Outro impacto na vida das mulheres em contexto de pandemia foi o aumento da violência doméstica. Em 2020, por exemplo, se registrou um aumento 6% nos casos de violências domésticas e de 40% nos casos de feminicídio, em relação a 2019, segundo

dados da Secretaria de Segurança Pública do Pará. Verifica-se o aumento da violência doméstica, vitimando crianças e mulheres, que passaram mais tempo em isolamento com o agressor, limitando a chances de defesa, pedido de ajuda e denúncia.

Face a esse panorama descrito de desigualdades e vulnerabilidades vivenciadas por mulheres e potencializado pela conjuntura pandêmica, é preciso pensar estratégia de enfrentamento e fortalecimento de coletivos para dirimir os fatores geradores.

Nesse sentido Shirley Macedo (2020), em artigo que traz seu relato de experiência em contexto de pandemia e refletindo as implicações deste no exercício de seus papéis sociais como mulher, mãe e profissional, discorre sobre a sobrecarga de trabalho das mulheres, dada a, ainda presente, desigualdade na divisão de tarefas domésticas, a cobrança social sobre o ser mulher, as novas configurações das rotinas de cuidados com casa, filhos e trabalho, devido a pandemia, e mostrando por fim alguns caminhos para enfrentamento e ressignificações dos sofrimentos vivenciados nessa conjuntura.

Seguindo a linha de pensamento Moraes (2020), afirma que compartilhar experiências em situações de crise e de sofrimento psíquico promove sensações de alívio, favorecendo a manutenção da saúde quando se investe em redes de apoio. (apud MACEDO, 2020, p. 202).

Nesse sentido, e diante de todo esse cenário apresentado até aqui, se destaca a importância de espaços que proporciono vivências coletivas de mulheres, para o enfrentamento das vulnerabilidades acentuadas nesse contexto ainda de pandemia. Destacando o papel social da mulher no movimento da sociedade. Desta forma os cursos de incentivo a geração de renda representam um instrumento de fortalecimento da coletividade, de troca de experiência, de construção de estratégias para lidar com as adversidades, de criação de rede de solidariedade, de ampliar possibilidades de acesso a renda, além de possibilitar a construção coletiva de conhecimento através de espaço de diálogo e formação sócio-política.

Avalia-se que esta vivência tem implicações em suas vidas, de suas famílias, em especial na qualidade de vida de crianças e adolescentes, pois são elas as principais referências de cuidados e busca por garantia de direitos das crianças e dos adolescentes

METODOLOGIA

Como lócus de intervenção, no Movimento República de Emaús, foi escolhido os cursos de incentivo de geração de renda (IRG) que tem participação majoritária de mulheres responsáveis por crianças e adolescentes atendidos.

A partir disso foi feito breve levantamento nos registros de inclusão onde se identificou que muitas famílias atendidas tem dois ou mais crianças e adolescentes inseridos em atividades socio pedagógicas e de profissionalização. Sendo essas famílias representadas principalmente por mulheres. Em 2021 foram envolvidas 339 famílias. E de acordo com Relatório de Atividades RPV/Emaús o público atendido em cursos de incentivo a geração de renda em 2021 foi 100% feminino, no total 33 mulheres envolvidas. Destas 87,9% se declaram pardas, 78,8% são beneficiárias de programas de transferência de renda, 30,3% possui escolaridade do ensino fundamental e 69,7% ensino médio, e são moradoras do bairro do Bengui e entorno.

Com a delimitação e breve levantamento do perfil do público o projeto se propõe a ampliação dos espaços de diálogos de fortalecimento de formação sócio política, possibilitando e construindo momento de vivência coletivas femininas, com encontros semanais, dentro do conteúdo do curso de IGR. Para tanto serão realizadas reuniões de equipe para construção coletiva do percurso para ampliação dos espaços de diálogos e formação sócio política, e, com base no perfil socio econômico das participantes, traçar uma proposta inicial de roteiro a ser desenvolvidos.

Será realizado um momento de acolhida com apresentação de instituição, da proposta da ação e eleição das temáticas junto as participantes a partir de dinâmica com a qual possam levantar temas e eleger os de interesse coletivo. Também serão eleitos temas a partir da identificação pela equipe de questões sociais que permeie o cotidiano das participantes como violência doméstica, saúde mental da mulher, etc.

Os momentos formativos e de vivências coletivas se utilizarão de método de roda de conversas, troca de vivência, debates a partir de conteúdo áudio visual, textos, poesia, músicas, etc. para desenvolver as temáticas.

Será feita articulação com pessoas e instituições de referência para mediação de temáticas levantadas a serem desenvolvidas nos momentos formativos, de forma voluntária, a partir de metodologia da educação popular, com construção coletiva de conhecimento.

Com base nos dados registrados no momento da inclusão nos cursos e no decorrer do processo, será feita a construção de um banco de dados de mulheres empreendedoras, autônomas e prestadoras de serviço, responsáveis por crianças e adolescentes, para divulgação a empresas e instituições parceiras. Vale destacar que frequentemente se busca referências no MRE para a ocupação de vagas de emprego.

Público Alvo

O presente projeto de intervenção tem como público mulheres familiares de crianças e adolescente, sendo elas mães, tias e avós, moradoras do bairro do Bengui e entorno, participantes de cursos de incentivo de geração de renda, promovidos pelo Movimento República de Emaús.

PLANO DE AÇÃO

- Apresentar o projeto a coordenação e a equipe multidisciplinar que acompanha as atividades da República do Pequeno Vendedor;
- Planejar junto a equipe da RPV a ampliação de formação política, com em espaços de diálogos acerca de direitos humanos e cívicos de mulheres e crianças e adolescentes, no conteúdo dos cursos de incentivo a geração de renda;
- Levantamento do perfil de mulheres responsáveis por crianças e adolescentes;
- Aplicar de dinâmica para levantamento das temáticas de interesse das mulheres a serem desenvolvidas nos espaços de diálogos de formação política;
- Articulação com facilitadores para mediação das formações e rodas;
- Realizar roda de conversa semanal com temáticas sobre questões femininas, em dia definido pelo grupo;
- Construir banco de dados de mulheres empreendedoras, autônomas e prestadoras de serviço, responsáveis por crianças e adolescentes;
- Divulgação da existência do banco de dados;
- Monitorar o acompanhamento das famílias envolvidas nas ações propostas por 6 meses;

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Durante o percurso dos cursos serão realizados momentos avaliativos a fim de realizar observação e descrição do grupo de mulheres, de seus relatos de experiências, registrando suas percepções sobre as temáticas desenvolvidos, sobre a vivência no curso e grupo de mulheres, a fim de verificar, a partir da avaliação do grupo, conquistas ou necessidades de mudança de percurso. Nesse também deverão ser realizadas reuniões de equipe para avaliação do percurso traçado e percorrido considerando os objetivos propostos, e se necessário a reprogramação das ações idealizadas.

Para registro de impactos da pandemia e da participação no curso de incentivo a geração de renda será realizada uma breve entrevista semiestruturadas. Para tanto serão selecionadas mulheres responsáveis por criança e/ou adolescentes participantes do curso de IGR. Os dados obtidos serão tratados considerando a subjetividade e o tempo histórico em que estão situadas as mulheres

CRONOGRAMA

Ação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Apresentar o projeto a coordenação e a equipe RPV/Emaús;	X									
Planejamento da formação política.		X								
Levantamento do perfil de mulheres		X								
Levantamento das temáticas de interesse			X							
Articulação com facilitadores			X		X		X			
Rodas de conversa temáticas				X	X	X	X	X		
Construção do banco de dados de mulheres trabalhadoras			X	X	X	X	X	X	X	
Divulgação da existência do banco de dados				X	X	X	X	X	X	
Monitorar o acompanhamento das famílias envolvidas nas ações propostas				X	X	X	X	X	X	X

PS: Este cronograma está sujeito a alterações posteriores a definir com a equipe da República do Pequeno Vendedor, caso haja necessidade.

RECURSOS

Recursos humanos

01 Assistente social
01 Pedagogo(a) da instituição
01 Educador(a) social da instituição
Mediadores de temáticas voluntários (Convidados)

Recursos Materiais

Data show, caixa de som e materiais pedagógicos diversos.

Recursos Financeiros

Não há previsão de gastos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as dificuldades enfrentadas por mulheres que assumem a responsabilidade do cuidado de crianças e adolescentes, dadas as desigualdades e vulnerabilidades sociais, econômicas e históricas que permeiam suas vivências, vulnerabilidades estas ampliadas significativamente pela pandemia da COVID 19, e da importância do papel social, com destaque aos de cuidados de crianças e adolescentes, ainda desvalorizado e invisibilizado aos olhos de uma sociedade capitalista e marcada pelo machismo e patriarcalismo, é necessário e urgente criar estratégias de fortalecimento desse segmento.

No Movimento República de Emaús a grande maioria dos responsáveis de referência das crianças e adolescentes, atendidos nas atividades de profissionalização e socialização, são mulheres. E também é esse público feminino que, principalmente, busca meios de ampliar o acesso a renda, para auxiliar no sustento da família.

Assim possibilitar ou ampliar espaços de formação socio política e vivência coletivas femininas, a partir de diálogos acerca de direitos humanos de crianças e adolescentes, direitos das mulheres e outras questões sociais, no conteúdo das formações de cursos de incentivo a geração de renda, ofertados pela instituição, se apresenta como uma estratégia de fortalecimento da rede de apoio a essas mulheres para além do acesso a renda. Pois assim, na busca de conhecimento e de ampliação de

possibilidades de trabalho, essas mulheres podem ser instigadas a refletir seu papel na sociedade, o acesso ou a falta de políticas públicas, a garantia de direitos, estimulando ao empoderamento social e político, a partir das temáticas propostas e desenvolvidas.

Avalia-se que a partir das vivências coletivas, da troca de experiências, e do fortalecimento desse público enquanto sujeito de direitos e participativo na sociedade, reconhecendo seu lugar e sua importância para o movimento da sociedade, se pode contribuir para na qualidade de vida das crianças e adolescentes, pois são elas as principais agentes de busca de garantia de direitos de suas crias. São elas que estão a maior parte do tempo cuidando e participando de processos educativos de crianças e adolescentes, estão nas filas do posto de saúde, da matrícula da escola, participando das reuniões com responsáveis, etc.

Assim se espera contribuir para a capacidade de autodeterminação pessoal, para o fortalecer o grupo familiar e comunitário, possibilitando a vivência do cotidiano de forma emancipatória, produzindo relações que alterem o ambiente familiar e vivendo o direito como base para cidadania digna.

REFERÊNCIAS

BORGES, Lize. **Mãe Solteira Não. Mãe Solo: Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina.** Revista Direito e Sexualidade. Google Acadêmico. Disponível em <file:///C:/Users/andre/Downloads/36872-Texto%20do%20Artigo-132838-1-10-20200523.pdf> Acesso em 30 de setembro de 2021.

Casos de Femicídio no Pará Aumentam em 40% em 2020, segundo SEGUP. G1 PA, 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/04/casos-de-femicidio-no-para-aumentam-40percent-em-2020-aponta-segup.ghtml>> Acesso em 30 de setembro de 2021.

IBGE Educa. **Quantidade de Homens e Mulheres.** Disponível em <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>> Acesso em 26 de setembro de 2021.

IBGE. Agência de Notícias. **Estatísticas de Gênero: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças até três anos.** 04 de março de 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>> Acesso em 10 de outubro de 2021.

MACEDO, Shirley. **Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos.** Google Acadêmico. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200012>. Acesso 01 de outubro de 2021.

MENDONÇA, Vitória S. C. de, **Os Impactos no Direito do Trabalho da Mulher em Tempos de Pandemia**. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1810>> Acesso em 30 de setembro de 2021.

Movimento República de Emaús. **Marco Referencial do Movimento República de Emaús**. S.d.

Movimento República de Emaús. **Plano Político Pedagógico Institucional (PPPI) do Movimento República de Emaús**. Belém-Pará, 2016.

Movimento República de Emaús. **Relatórios de Atividades – República do Pequeno Vendedor 2021**. Março, 2022.

Movimento República de Emaús. Serviço Social/ Emaús. **Planilha Geral da Socialização**, 2021.

Prefeitura de Belém. **População Residente por Distrito e Bairro - 2000/2010**. Disponível em < <https://anuario.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Tabela-4-Demografia.pdf>> Acesso em 26 de setembro de 2021.

ONU Mulheres. **Os Desafios Enfrentado por Mulheres que São Mães e que Empreendem Pequenos Negócios**. Relatório Analítico. Disponível em <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/09/RELATO1.pdf>> Acesso em 28 de setembro de 2021.

SERVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico** [livro eletrônico]. 24 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2017.

SOUSA, Maria Eliane Alves de. **Direito Humanos em Tempos de Pandemia: Mulheres Negras e a Desvalorização Social por Gênero e Raça**. Revista Brasileira de Sociologia do Direito. 2021-05-04, Vol.8 (2), p.130-159. Disponível em <<http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/464/259>>

Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará. **Estatísticas: Femicídio 2020**. Disponível em <<http://sistemas.segup.pa.gov.br/transparencia/estatisticas-2020/>> Acesso em 30 de setembro de 2021.

PONTES, Alessandra N. **Os Desafios da Mulher Empreendedora em tempos de pandemia (COVID-19) e o Enfrentamento em Conciliar: família e trabalho**. Revista SCIAS – Educação, Comunicação e Tecnologia. V.2 N.2. (2020). Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/sciasedcomtec/article/view/5029/3281>> Acesso em: 30 de outubro de 2021.